

SEXUALIDADE E DIVERSIDADE: ANÁLISE DOS USOS DISCURSIVOS NA CONSTRUÇÃO DA POLÍ- TICA EDUCACIONAL, JUJUY-ARGENTINA

SEXUALITY AND DIVERSITY: ANALYSIS OF DIS- CURSIVE USES IN THE CONSTRUCTION OF EDU- CATIONAL POLICY, JUJUY-ARGENTINA

Ingrid Yamila Julian¹

Vilma Rosana Guzman²

Kenia Lara Da Silva

Resumo: O artigo se baseia em uma análise realizado sobre os avanços manifestados no Estado argentino em matéria de direitos, no que diz respeito à Educação Sexual Integral e aos movimentos LGTBIM e de mulheres. Porém, e a partir desse reconhecimento, em termos de desenvolvimento de políticas no campo educacional, levantam-se questões que orientam este documento, com o objetivo de

contribuir, não apenas para uma discussão relacionada aos processos educacionais e sociais pelos quais passa a sexualidade, mas também a historicidade das relações de gênero e os modos de simbolização das diferenças sexuais. Orientando o olhar sobre os usos discursivos como dispositivos de poder e subalternidade. Para isso, o documento nos convida a pensar a diversidade a partir de um contexto, caracte-

1 Universidad Nacional de Jujuy

2 Universidad Nacional de Jujuy

rizado por uma grande presença de população étnica, com tradições culturais profundamente enraizadas. Problematizar nessas bases a tendência social homogeneizante, que tenta impregnar essa cultura em corporeidades e simbolismos, pondo em xeque os grupos sociais e, em particular, a natureza dessa diversidade. Transita depois, um desenlace sobre a Educação Sexual Integral na província de Jujuy-Argentina e os usos discursivos que foram incluídos nos processos pedagógicos. Por outro lado, refere-se às políticas construídas sob a égide dos direitos da diversidade e, em particular, da diversidade sexual. Finalmente, estabelecer que a discussão aqui empreendida desdobra-se a partir da preocupação de integrantes de duas equipes de pesquisa, a Unidade de Pesquisa Diversidade Sociocultural em Contextos Regionais (UNI-

DISO, FHyCS-UNJu, Jujuy-Argentina) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino e Prática de Enfermagem (NUPEPE, EE-UFMG, Belo Horizonte-Brasil), cuja área de desenvolvimento no campo da pesquisa está vinculada à Saúde Coletiva, neste âmbito, Educação Sexual Integral e Saúde Sexual e Reprodutiva.

Palavras chave: Sexualidade, Diversidade, Educação Sexual Integral, Jujuy- Argentina.

Abstract: The article is based on an analysis carried out on the advances made in the Argentine State in terms of rights, with regard to Integral Sexual Education and the LGTBIM and women's movements. However, and based on this recognition, in terms of policy development in the educational field, questions that guide this document are raised, with the aim of contributing, not

only to a discussion related to the educational and social processes through which sexuality passes, but also the historicity of gender relations and the ways in which sexual differences are symbolized. Directing the look on discursive uses as devices of power and subordination. For this, the document invites us to think about diversity from a context, characterized by a large presence of an ethnic population, with deeply rooted cultural traditions. On these bases, problematize the homogenizing social trend, which tries to impregnate this culture in corporeality and symbolism, calling into question social groups and, in particular, the nature of this diversity. Then, there is an outcome on Integral Sexual Education in the province of Jujuy-Argentina and the discursive uses that were included in the pedagogical processes. On the other hand, it

refers to policies built under the aegis of diversity rights and, in particular, sexual diversity. Finally, to establish that the discussion undertaken here stems from the concern of members of two research teams, the Sociocultural Diversity in Regional Contexts Research Unit (UNIDISO, FHyCS-UNJu, Jujuy-Argentina) and the Center for Studies and Research on Teaching and Nursing Practice (NUPEPE, EE-UFGM, Belo Horizonte-Brazil), whose area of development in the field of research is linked to Public Health, in this context, Integral Sexual Education and Sexual and Reproductive Health.

Keywords: Sexuality, Diversity, Integral Sexual Education, Jujuy- Argentina.

Introdução

Nas últimas décadas, assistimos a uma série de trans-



1
1
s

formações sociais e culturais que colocam a sexualidade como objeto de uma multiplicidade de debates, com tensões e contradições. Os processos políticos e identitários que permeiam grupos sociais como os coletivos feministas e o movimento LGTBIM disputam e criticam as formas hegemônicas de gestão da sexualidade e do corpo. Reconhecem que essas formas são dispositivos de normalização que tendem a regular as formas consideradas legítimas de compreensão do sexo, sexualidade e gênero.

As políticas de identidade e as práticas de reconhecimento inscrevem-se em um processo de re-semantização da cidadania associada a um deslocamento da hegemonia discursiva da cidadania moderna, para formas de cidadania ancoradas no discurso multiculturalista da globalização.

Essas formas de gestão das diferenças constituem respostas históricas do Estado às lutas sociais por atos de nomeação no campo do direito.

Nessa rede de sentidos discursivos que se tecem em torno das políticas de Educação Sexual Integral (ESI), encontramos a diversidade sexual, a diversidade cultural e podemos identificar os agentes que a enunciam. Cita-se, o coletivo LGTBIM de um lado e os povos indígenas de outro.

Cabe perguntar neste contexto, por um lado, quais os significados que gênero e diversidade adquirem no marco de uma política educacional que se estabelece como direitos das minorias sexuais? Sexualidade e diversidade, Quais o estatuto epistêmico e político do grande “guarda-chuva” que chamamos de diversidade, que se alinham

às inúmeras formas identitárias, corpos e existências sociais? Como ocorre a disputa inclusão / exclusão dentro desses grupos sociais? Como nomear as existências sócio-sexuais hoje? Que relações de poder e subalternidade a noção de diversidade encobre? Qué usos pedagógicos são atribuídos a ele?

Essas questões nortearão as discussões do artigo no sentido de colocar em xeque algumas políticas e usos conceituais e discursivos da sexualidade e da diversidade que nos permitem problematizar e orientar novos horizontes de discussão neste campo de grande polêmica e complexidade.

Tensões em um contexto de fronteira: Sexualidade e diversidade em Jujuy- Argentina

Na Argentina, um processo de ampliação de direitos,

na última década, vem configurando novas demandas sociais e culturais que desafiam os agentes sociais e as instituições educacionais. A implantação de uma política pública em que a educação sexual adquire centralidade faz parte de um processo histórico demandado por diversos movimentos sócio-sexuais e de mulheres.

As políticas relacionadas à educação sexual e saúde sexual e reprodutiva vêm ocupando lugar na agenda do governo e de instituições de ensino e saúde. Essas vozes por séculos silenciosas conquistaram um lugar nas ciências sociais e na produção de conhecimento.

Em particular, os pontos de reflexão desenvolvidos no documento fizeram parte das discussões em pesquisas sobre educação sexual e saúde sexual e reprodutiva desenvolvidas em duas

equipes de pesquisa na Argentina e no Brasil; Unidade de Pesquisa em Diversidade Sociocultural em Contextos Regionais (UNIDISO, FHyCS-UNJu, Jujuy-Argentina) e Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Prática de Enfermagem (NUPEPE, EE-U-FMG, Belo Horizonte-Brasil). É a partir desse lugar que essa análise se estende e se aprofunda, tomando como eixo o contexto social e político argentino.

Das 23 províncias que compõem a nação argentina, incluindo o distrito federal (CABA), a jurisdição de Jujuy se caracteriza pela polarização de suas regiões. Constitui-se um conglomerado de diversidade de culturas, não só de migrantes, mas também de uma população indígena que conserva na extensão de seu território. Esta confluência de diversidade étnica, histórica, linguística, antropológica,

sociopolítica também se deve à sua localização geográfica, um território fronteiriço do Noroeste da Argentina formado por regiões transnacionais ligadas ao corredor andino e latino-americano, que possui uma população de aproximadamente de 673.307 habitantes (CENSUS, 2010).

Esta caracterização como a jurisdição com maior afluência de diversidade étnica (Cruz, 2005; Karasik, 2006) do território argentino, é evidenciada justamente por sua diversidade populacional. Há 164 comunidades Kollas espalhadas por todo o território provincial, os Omaguaca, que vivem na área da Quebrada e quase exclusivamente no departamento de Humahuaca com uma população de pouco mais de 10.500 pessoas. Também estão os povoados do Atacama, comunidades localizadas na Puna de aproximadamente 3.600

habitantes. Os Ocloyas e os Tilians, atualmente residem perto da cidade de Volcán, com uma população de cerca de 350 habitantes. (Garcia Moritan e Cruz, 2012).

Da mesma forma, no departamento de Cochinoça, 9 km a leste da cidade de Abra Pampa, está a cidade de Tabladitas habitada pela comunidade que se autodenomina Toara, formando um conglomerado de aproximadamente mais de 220 pessoas. Outros grupos indígenas mais numerosos em Jujuy se autodenominam Guaraní, Ava Guaraní (povo Guaraní) Tupí Guaraní. Existem 38 comunidades guaraníticas em Jujuy, na província, totalizando um número de habitantes auto-reconhecidos de aproximadamente 8.000 habitantes. Também, existem os Kolla Guaraní, é uma comunidade onde se menciona explicita-

mente a coexistência de pessoas pertencentes a duas etnias distintas, neste caso Kolla e Guaraní, composta por aproximadamente 550 pessoas.

Por último, a comunidade Toba possui apenas uma comunidade na província localizada no departamento de El Carmen (Los Valles), na qual vivem cerca de 110 pessoas, seus membros falam Toba, língua que pertence à família lingüística Guaycurú. (ob. cit)

Dentre os traços que marcam a história, a população de Jujuy estava impregnada de uma era colonial em que o casamento se constituía pela transferência do exercício individual da pessoa para a família do casal e, em parte, para o Estado. Os casamentos eram entre homens e mulheres, produzidos por alianças familiares, no caso de famílias da elite social. Ao contrário,

em famílias de baixa renda, os casamentos ocorriam com sangue novo mercantil (Cruz, 2005), marcando tradições culturais associadas ao início de uma hierarquia de gênero, evidenciada no trabalho de mulheres de setores populares relacionados às atividades domésticas, pequenos comerciantes de alimentos e bebidas, chicheras, tecelões, etc.

Diante desse panorama, as práticas vinculadas à sexualidade, desde os tempos coloniais, foram protegidas desde o ambiente familiar, ou seja, à ordem privada, impregnadas de uma carga de preconceitos, valorização negativa; sob os sinais de práticas pecaminosas, sujas e obscenas.

Além disso, essa diversidade torna-se mais complexa nas atuais multiplicidades culturais de línguas, estilos de vida, tradições e costumes, que colo-

cam em xeque, por um lado, os dispositivos pedagógicos da atual Lei da Educação Sexual Integral (LESI), mas também a formas nominais com respeito às expressões socio-sexuais.

Consequentemente, os antecedentes da ESI no território de Jujuy aparecem tardiamente. Foi uma das jurisdições com maior resistência social e institucional, expressa na incorporação da educação sexual no campo educacional.

Em 2012, fruto das pressões dos diversos movimentos afins, de mulheres e LGTBIM, e de organizações externas, foi lançada a aplicação da ESI. Sob manifestas tensões e disputas de setores mais conservadores desta sociedade, particularmente ligadas às expressões do culto religioso existentes na província.

A manutenção da ESI nas instituições de ensino pas-

sa por contínuos debates não só ligados à ordem pedagógica, e discussões sobre os atores que os ditam, mas também aos ideários institucionais e interesses dos governos da época.

Torna-se necessário considerar que estamos assistindo, atualmente, a uma sexualização da política e uma politização da sexualidade. Em um território de fronteira, repleto de práticas ancestrais, o pensamento binário é utilizado como dispositivo de poder que organiza a ordem sócio-sexual em termos de um binarismo sexual, um binarismo de gênero e um binarismo erótico. Além disso, esses dispositivos de poder (Foucault, 2002) são atravessados por um processo histórico social e uma inscrição nas corporeidades.

Nesse conjunto de problemas, também, vale a pena considerar como as formas his-

tóricas de subalternização (entre etnocategorias como puto, boliviano, trava, negro, índio) operam na configuração de uma identidade política (ou de outra ordem) no contexto de uma província fronteiriça. O que significa diverso? E a culturalização da política? E quanto à politização do sexual? Que modos de gestão social do sexo se articulam com outras formas de gestão da corporeidade, como categorizações étnico-raciais, relações de classe, idade?

Neste sentido, complexifica ainda mais a discussão pensar que faz parte da Educação Sexual Integral pensar criticamente sobre a racialização dos corpos, a etnificação das identidades, o caráter assumido pela heterossexualidade como instituição política, os dispositivos da sexualidade que regulam o homoerotismo, suas atravessa-

mentos de classe, e o estabelecimento crescente de um mercado do sexo que tende cada vez mais à produção de uma mercadoria relativamente nova, construída a partir da população diversificada e flutuante do território.

Este é o ponto em questão sobre a nossa problematização em que a produção de expressões identitárias é atravessada por aquelas diversidades culturais manifestas que estão representadas na materialização do corpo, sexogenérica, que tenta ser espartilhado sob o guarda-chuva da “diversidade”.

A “louca” ou “mariquita”, como expressões homossexuais, como identidade sexogenéricas estereotipada nas representações sociais hegemônicas e na circulação de produtos culturais, dá lugar a uma expansão de formas identitárias cada vez mais presentes no espaço so-

cial e político. “Osos”, “travas”, “trans”, “não binários”, “queers” indica a complexidade do campo da existência sexual. Os limites da demarcação de identidade estão se tornando cada vez mais problemáticos e requerem instrumentos analíticos cada vez mais sofisticados para sua compreensão.

II. Sexualidade e diversidade: a interação de nomeações

A importância dos atos de nomeação teve fortes implicações nas relações sociais contemporâneas. Nessa transformação da discursividade institucional e social onde a categoria de gênero “materializa” todo um conjunto de vocabulários que tendem a marcar a importância de pensar sobre as questões das especificidades, com as quais a simbolização cultural da diferença sexual e dos sentidos se apresenta hegemônica que naturalizar as rela-

ções sociais ancoradas no pensamento dicotômico.

Consequentemente, vale a pena perguntar-se se o sexual não é cultural? E o cultural não é sexual? O masculino e o feminino constituem um conjunto de sedimentações socioculturais inscritas nas corporalidades dos sujeitos. Por outro lado, essa transformação das nomeações e das linguagens para se referir às práticas de construção de cidadania aparecem expressas em um conjunto de quadros normativos que tendem a instalar discursos que disputam os campos hegemônicos de interlocução.

O gênero é pensado como uma construção sociocultural, o que implica uma definição de caráter histórico, social e político. Portanto, as configurações de poder entre os gêneros, bem como as práticas, símbolos, representações, normas e valores

sociais, considerados pertinentes a um ou outro gênero; variam de acordo com diferentes culturas, momentos históricos, classes sociais, idades, etnias e religiões. O gênero é tomado na mídia e nos discursos institucionais como um “problema de subjetividade e emoção” ou “um problema biológico”. Em ambos os sentidos, é retirado do complexo tecido político de reprodução do poder social”. (Cremona, 2013: 5)

Na sua vez, o reconhecimento de um sistema, uma relação hierárquica entre homens e mulheres, amparada em discursos que o legitimam e naturalizam e justificam a desigualdade na distribuição dos espaços decisórios e o acesso desigual aos bens materiais e simbólicos. (Morgade, 2001). Isso implica que mulheres e homens tenham condições iguais para a plena realização de seus direitos hu-

manos, o potencial de contribuir para o desenvolvimento nacional, político, econômico, social e cultural e o direito de se beneficiar dos resultados.

Além disso, a perspectiva de gênero significa percorrer e compreender todas as questões sociais a partir de pontos de vista não hegemônicos. Implica questionar toda a estrutura social: práticas privadas, pensamentos, atitudes e emoções, saúde, educação, sexualidade, políticas públicas e até mesmo o meio ambiente, e os orçamentos dos países. Consequentemente, a existência de estereótipos de gênero em nossas sociedades são restrições culturais que limitam. Eles atribuem papéis predeterminados de comportamentos, reforçando a esfera pública como masculina e a esfera privada como exclusivamente feminina.

Destaca-se também uma

subalternidade dos corpos femininos, o masculino associado ao público e o feminino à esfera doméstica privada ou reprodução, a partir de uma lógica binária. Há elementos subjacentes em nossos discursos e representações sociais dicotômicas sobre o feminino e o masculino.

A politização das identidades seguiu uma dupla trajetória: como resposta do Estado às demandas dos grupos de interesse; e como formas de nomeação- -visibilidade dos grupos sociais no cenário do Estado-nação.

Da mesma forma, o surgimento de novos signos ideológico-linguísticos para dar conta dessa realidade, como o uso do “X” para designar a pluralidade de gêneros em vez do morfema masculino, a palavra “feminicídio” ou “transfemicídio”, constituem um indicador de interesse político e social que passou a ad-

quirir questões relacionadas à sexualidade e à diversidade sexual.

As práticas de estigmatização e invisibilidade de outras formas de vivenciar a construção social e cultural da sexualidade e do corpo, costumam aparecer deslocadas no marco epistemológico que o considera um fato “imutável”, “natural” e “essencial”. Nesse sentido, a educação sexual integral, como território de disputa e construção de sentidos, passa pela necessidade de contribuir para a visibilidade de outras formas de referenciar, sexualizar e relações sociais de gênero no contexto local.

Consequentemente, o conceito de “diversidade sexual”, a partir de um marco legal, adquiriu um horizonte em uma série de políticas sexuais que nos últimos anos têm disputado os regimes hegemônicos de visibilidade e invisibilidade. A partir

da sanção da Lei de Educação Sexual Integral, a questão sobre o papel que a escola e seus atores desempenham na aprendizagem sobre sexualidade e gênero, adquiriu lugar de destaque, constituindo-se em cenário institucional para o desdobramento de uma série de tensões no processo da implementação da ESI.

Algumas abordagens que nos ajudam a pensar a sexualidade a partir de um marco epistêmico, indicam surgimento do termo no início do século XIX. O, seu usos se estabelece em relação com outros fenômenos: o desenvolvimento de diversos campos do conhecimento (que englobam tanto os mecanismos biológicos de reprodução, como as variáveis individuais ou sociais de comportamento); o estabelecimento de um conjunto de regras e normas, em parte tradicionais, em parte novas, amparadas por ins-

tuições religiosas, judiciais, pedagógicas e médicas; muda também em relação ao significado e valor do comportamento, seus deveres, prazeres, sentimentos e sensações, até os sonhos (Julian, 2020).

Nesse momento da história, a homossexualidade e o lesbianismo estavam associados a um personagem: um passado, uma história e uma infância, um personagem, um modo de vida; também uma morfologia, com uma anatomia indiscreta e talvez uma fisiologia misteriosa, nada que não escapa à sexagem dos corpos, que nada mais é do que “sexualidade”.

Tomando como referência a noção conceitual de uma das entidades mais representadas e é usada regularmente em ferramentas pedagógicas, a Organização Mundial da Saúde (OMS) menciona que a sexualidade é

“uma dimensão fundamental do ser humano. (...) É expressa na forma de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. A sexualidade é o resultado da interação de fatores biológicos, psicológicos, socioeconômicos, culturais, éticos e religiosos ou espirituais. (...) Em suma, a sexualidade é praticada e expressa em tudo o que somos, sentimos, pensamos e fazemos » (2000: 6).

Entre o conjunto de leis que regulam a sexualidade como direito na Argentina, estão a Lei de Educação Sexual Integral, a Lei de Saúde Sexual e Procriação Responsável (2002), a Lei de Proteção Integral dos Direitos de Meninos, Meninas e Adolescentes (2006), Lei de os Direitos de Pais e Filhos durante o processo de nascimento (2007), Lei de Prevenção e Sanção do Tráfico de

Pessoas e Assistência às Vítimas (2008), Lei de Proteção Integral para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulheres (2009), Igualdade Lei do Matrimônio Igualitário (2010) e Lei da Identidade de Gênero (2012), e atualmente a Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVE, 2020).

Nesse marco, a primeira coisa a se considerar é o caráter político do termo “diversidade sexual”. Seu uso político o coloca no campo das lutas simbólicas e materiais em torno dos regimes de sexualidade dominantes. Dizer “gay”, “lesbica”, “bissexual”, “heterossexual”, “sexualidade normal”, “sidoso”, “transgênero”, “puto”, “marimacha”, “maricocracia”, “torta” indica marcas sociais que constroem diferenças mais ou menos significativas, configuram relações de poder e, portanto, possibilidades de resis-

tência e agência coletiva.

Esse conglomerado de nomeações linguísticas de agência política é um campo social complexo com condições sociais específicas de produção, das quais podemos dizer, seguindo Bourdieu (1990), que a noção de “diversidade sexual” está inscrita nas lutas simbólicas pela representação do poder e, portanto, pela representação do poder. Nesse sentido, é importante lembrar que os regimes de sexagem corporal são construções socio-culturais de certas sociedades em momentos históricos particulares e que a própria definição de “sexual” faz parte de uma série de práticas de normalização corporal.

Consequentemente, estamos enfrentando a diversidade cultural de um lado e a diversidade sexual do outro? E surge a pergunta: se pode ser puta/puta

e indígena ao mesmo tempo? se pode ser trans e feminista? Os usos de “diversidade sexual” podem ser resumidos em três pragmáticas do termo. Uma forma eufemisticamente, até se diria “politicamente correto” para se referir publicamente a indivíduos ou grupos sociais estigmatizados: para não dizer “índios” ou “marica”, fala-se de diversidade cultural ou sexual. Outro uso é que o termo é um “guarda-chuva”, um sentido agregativo para se referir a práticas sexuais ou identidades sexogenérica e, por fim, um significado que se articula com outros dispositivos do regime heterossexual.

O primeiro sentido, tem relação ao campo de diálogo do público da discursividade sexual genérica. Está associada às condições sociais de produção do mercado linguístico: por exemplo a palavra “gay” versus a palavra

“puto”, aqui podemos observar como as formas de resemantização das práticas da linguagem hegemônica são ativadas para se referir à sexualidade.

Com efeito, encontramos nos modos de nomear “minorias sexuais” como, por exemplo, usos discursivos ancorados nas relações de classe que a expressão “gay” pode vir a denotar, o que contraditoriamente assume um uso social depreciativo nas suas designações sociais. O uso classista e homofóbico do “gay” vai contra um olhar sobre o homoerotismo e a legitimação social das diferentes orientações afetivo-sexuais como o termo originalmente pretendia. A genealogia da expressão gay ocorre no marco de uma identidade política e de uma crítica aos discursos medicalizantes da “homossexualidade.

Finalmente, a aparição

do termo “diversidade sexual” está fortemente associado a um contexto político de legitimação na agenda global de expressões como “biodiversidade” e “socio-diversidade”

A hierarquia do masculino não possui uma argumentação inata ou natural, mas deve ser entendida em uma chave cultural. Os significados sociais estão se mutando entre resistências, para as quais é necessário não só conhecer a história, mas repensá-la. A perspectiva de gênero implica reconhecer as relações de poder existentes entre os gêneros; que essas relações foram social e historicamente constituídas e são constitutivas das pessoas; que formam uma rede em toda a estrutura e relacionamento social das classes sociais, idades, religião. (Barrancos, 2010).

A analogia do “guarda-chuva” linguístico está asso-

ciada a uma tentativa de nomear uma diversidade de identidades históricas e políticas. O uso problemático se expressa em uma espécie de dispositivo da sexualidade que eles possuem para a homogeneização das diferenças e para o encobrimento de suas lógicas internas e relações de poder. Porém, tanto pelo uso eufemístico quanto pela invisibilidade das particularidades, o grupo pode se tornar um espaço normalizador onde é impossível se reconhecer na diversidade de posições frente aos dispositivos de poder.

III. Educação Sexual Integral, gênero e diversidade na Argentina

A partir das reivindicações de diversos movimentos sociais, promoveu o estabelecimento de uma agenda com temas fundamentais como o aumento dos casos de abuso sexual, gra-

videz na adolescência, práticas de aborto clandestino, mortalidade materna, violência sexual e de gênero, aumento do número de pessoas infectadas pelo vírus HIV-AIDS ou outras doenças sexualmente transmissíveis, como o avanço na idade de início das práticas sexuais.

Nesse contexto, em 4 de outubro de 2006, foi promulgada na Argentina a Lei Nacional 26.150 sobre “Educação Sexual Integral” (ESI), que estabelece a obrigação de oferecer educação sexual em todas as escolas do país, tanto públicas quanto privadas, do nível inicial ao nível superior de Formação de Professores e Ensino Técnico Não Universitário.

Entre suas diretrizes, articula um processo legislativo e de política educacional e estabelece como pilares fundamentais: as oportunidades educacionais,

a valorização dos sentimentos e emoções e a aceitação da diversidade sexual e de gênero.

Assim, a ESI surge como uma tentativa de promover a aceitação e integração das diferenças sexuais e fomentar ferramentas para que os jovens exerçam uma sexualidade responsável, sem consequências indesejáveis e sem coerção; abusos ou imposições de qualquer natureza, respeitando as características socioculturais dos alunos, tem entre seus objetivos a igualdade de tratamento e oportunidades para homens e mulheres, a não discriminação por orientação sexual.

O que a ESI contempla é uma perspectiva dos direitos humanos em relação à sexualidade, a superação do reducionismo disciplinar, propondo, ao contrário, uma abordagem que considere as mediações sócio-históricas e cul-

turais, valores compartilhados e as emoções e sentimentos que intervêm no cuidado e disfrute do vínculo com os outros, respeitando o próprio corpo e o dos outros, com o objetivo de alcançar uma sexualidade prazenteira, saudável e responsável.

Nesse contexto, o processo social vivido pelas sociedades argentinas tendeu a desestabilizar a existência de um discurso escolar hegemônico relacionado às relações de gênero que legitima o masculino e o feminino como modos de subjetivação ancorados em uma ideia dominante sobre a sexuação dos corpos. No entanto, as possibilidades oferecidas à sociedade e suas instituições para tornar visível uma forma de “viver gênero” não são ingênuas, elas constituem um componente central das configurações discursivas e dispositivos da sexualidade a partir

de formas de regulação sexista e sexual heteronormativa sobre os corpos.

A incorporação da sexualidade como conteúdos curriculares obrigatórios, constitui um processo histórico cultural que se expressa nas complexas relações que as instituições e os atores sociais mantêm, o que implica também o debate social sobre quem deveria ensinar a educação sexual, quais deveriam ser os conteúdos ou o período escolar a partir do qual devem começar, nesse sentido aparecem fortemente tensionados no cotidiano escolar.

Assim, o gênero aparece como uma “construção social”, enquanto o “sexo” como o dado concreto, “o biológico”. No entanto, o conceito “sexo” é também uma construção social, ou seja, é uma categoria que nos permite “ordenar” a realidade de uma determinada forma e isso

tem efeitos particulares de distinção social e política. É nesse sentido que o sistema heterossexual como aparelho social de produção dos corpos e suas formas de classificação sexogenérica (feminino e masculino) opera pela divisão e fragmentação da corporeidade. A ideia de que só existem dois sexos e que também se opõem e se complementam, é central ao sistema sexista, a operação de biologização do que se constrói culturalmente como diferença sexual, constitui um sistema de representações biológicas corporais e materiais: o pênis e a vagina.

Por isso, é necessário aclarar que existe uma materialidade a partir da qual se constrói o sistema sexo-gênero e não no sentido de negar a biologia, mas de compreender a biologização como um mecanismo cultural que faz um conjunto de desigual-

dades repousar sobre o determinismo biológico. social. O que é enquadrado no que chamaremos de “dispositivo de poder” para se referir a esses artefatos materiais, regulamentos institucionais e discursos que estruturam as relações de poder sobre as pessoas, seus pensamentos e sentimentos, suas ações, seus relacionamentos ou seus corpos.

Finalmente, estabelecer que a gestão política do sexo e da cultura, como recurso para sustentar a diversidade como categoria política, está se tornando cada vez mais problemática, o que está em questão é o olhar crítico quanto aos significados que adquire o termo. Esses pontos são pertinentes quando se pensa em Educação Sexual Integral e suas contribuições para uma cidadania do corpo, gênero, sexualidade e etnia.

Reflexões finais

Em nossa sociedade a institucionalização do sistema patriarcal se impõe com um caráter essencialista, está tão arraigado nas bases quanto um sistema natural que penetra na mesma subjetividade e nos modos de construção de saberes, pensamentos e ações.

Sua origem, fundamento social, político, econômico e cultural ainda precisa ser denunciado, desvendado e colocado em cena para desconstruir os padrões que operam em nosso pensamento, que geram preconceitos, pré-conceituações, diferenças que se transformam em desigualdades, dominação, subordinação e até violência de um gênero para outro.

Essas reflexões mostram como o termo “diversidade sexual” está sendo usado para agrupar pessoas e grupos com identidades “não heterossexu-

ais”, o que sugere que se trata de um erro tanto linguístico quanto ideológico absoluto. Como forma classificatória, a noção de diversidade adquire um uso específico: como forma de caracterizar uma totalidade de unidades de uma espécie; Operação semelhante ocorre quando classificamos um grupo de objetos de acordo com a cor, estabelecendo uma distinção constitutiva que se torna uma marcação imposta. O que permanece no horizonte da nomeação social é uma posição heterossexual patriarcal sustentada pelo ativismo pelos direitos sexuais.

O sistema sexual de gênero dominante mantém a ordem sexual, inclusive nas formas de nomear as existências sexuais e as identidades sexo-gênero resultantes desses processos. Heterossexismo, ou seja, a ideologia e a prática que prioriza as sexu-

alidades e posiciona a prática e a identidade heterossexuais como “superiores” a outras práticas e identidades sexuais.

A noção de diversidade sexual, portanto, parece incorporar um dispositivo de poder sustentado na heterossexualidade como um regime político e ideológico. Os discursos dominantes do campo sexual se expressam na ideia de “tolerância” ou “respeito” às diferenças: essas práticas divisionistas se estendem plenamente na própria politização da sexualidade em nosso país.

Por fim, pensar os usos discursivos e suas possibilidades de abordagem requer colocar uma análise da mesma forma na comunicação social, o que é comunicado? De onde você se comunica? porque? Com que intenção? Cremona (2013) sugere a este respeito que a comunicação

“... é uma ferramenta

política indispensável para desvendar e testar novas formas de nomear o mundo. É imprescindível que para transformar, primeiro, tenhamos que aprender a nomear o mundo de outra forma, a remodelar a linguagem, a sair da superfície dos artigos para poder fiar, tecer, traçar formas contundentes de produzir estoques. que possibilitam e são em si modelos emancipatórios. “ (Cremona, 2013: 6)

É claro que os avanços em gênero não são suficientes, pois servem como instrumentos que contribuem para promover e fortalecer, a partir das instituições de ensino, formas de intervenção didática pedagógica. Requer passar por processos de revisão, problematização, destituição e consolidação de pers-

pectivas de abordagem ainda mais complexas; sustentando e consolidando discursos e práticas que tenham como horizonte uma sociedade mais democrática, com justiça social e igualdadade de gênero.

Referencia bibliográfica

Argüello, Sofia (2008). La política del estigma (Homo) sexualidad: normativa y resistencia, tesis para la obtención de título de Maestría en ciencias Sociales con mención en Género y Desarrollo: Flacso Ecuador.

Barranco, D. (2011). Género y ciudadanía en la Argentina. Iberoamericana. Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies. Vol. XLI: 1-2, pp. 23-39

Bento, B. (2006): A reinvenção do corpo. Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro, Brasil, Garamond.

Blazquez, G. y Lugones, G. (2012). Senderos de raza, clase y

edad en los territorios del deseo homosexual entre varones. CD. Tepoztlán Institute. México.

Bourdieu, P. (1990). Sociología y cultura. Grijalbo, México.

Butler, J. (2007). El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad. Barcelona, Paidós. Introducción Capítulo I y II.

Clastres, P. 1996 [1980]. Investigaciones en antropología política. Gedisa, Barcelona. cativas.

Connel, R. (1997) La organización social de la masculinidad. En: Valdes, Teresa y Olavarria, J. (edc.). Masculinidad/es: poder y crisis, Cap. 2, ISISFLACSO: Ediciones de las Mujeres N° 24, pp. 31-48.

Cremona, F. (2013) De qué hablamos cuándo hablamos de género. Revista N° 3 de la colección: "Discapacidad, Justicia y Estado" de la editorial INFOJUS y el programa ADAJUS de la Se-

- cretaría de Justicia de la Nación Argentina dedicada a “Género, mujeres, niños y niñas con discapacidad”, Buenos Aires.
- De Lauretis, T. (2004). La tecnología del género. En *Pensar (en género: teoría y práctica para las nuevas cartografías del cuerpo*, editado por Carmen Millán y Ángela Estrada, 202-236. Bogotá: Instituto PENSAR. Pontificia Universidad Javeriana.
- EduAndrade, X. (2001). Homosocialidad, disciplina y venganza. En *Masculinidades en Ecuador*, compilado por Xavier Andrade y Gioconda Herrera, 115-138. Quito: FLACSO, UNFPA.
- Foucault, M. (2002). *Historia de la sexualidad I*. México D.F.: Siglo XXI Editores
- Julian, I. (2020). *Educación Sexual Integral. Representaciones Sociales de los(as) profesores(as) de S. S. de Jujuy (2006-2015)*. Ediciones Purmamarka, Salta-Argentina.
- Morgade, G. (2001). *Aprender a ser mujer, aprender a ser varón. Relaciones de género y educación. Esbozo de un programa de acción*. Buenos Aires, ediciones Novedades
- Preciado, B. (2002). *Manifiesto contra-sexual*. Madrid: Editorial Ópera Prima.
- Rich, A. (1999). La heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana. En *Sexualidad, género y roles sexuales*, editado por Marysa Navarro y Catherine Stimpson, 159-211. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Rubin, G. (1997). El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo. En *Género. Conceptos básicos*, editado por Programa de Estudios de Género de la Facultad de Ciencias Sociales, 41-64. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú.